

Marinho, Josaphat

AINDA BEM QUE REVIVEM IDÉIAS PROGRESSISTAS OU IGUALITÁRIAS, NOTADAMENTE EM PAÍSES EUROPEUS, COMO A FRANÇA

Desigualdades perigosas

O problema do desenvolvimento e das condições de vida é sempre discutido, mas de ordinário não devidamente esclarecido. É freqüente confundir crescimento material com desenvolvimento, subestimando-se o fator bem-estar individual e coletivo. Doutras vezes, vincula-se o crescimento à melhoria do padrão de existência, sem o relevo conveniente. Já em 1973, Pierre Massé observava a necessidade do crescimento. Mas perguntava “para que fazê-lo”, condicionando assim a multiplicação da riqueza entre a “economia criativa” e a “economia de solidariedade”.

Realmente, a economia de solidariedade não se expandiu em medida correspondente às necessidades elementares da grande massa humana. Deu-se sentido social a muitos princípios e instituições, não, porém, na proporção equivalente às desigualdades dominantes. Ampliou-se o alcance protetor da legislação do trabalho, limitando-se o poder do capital. Sobretudo depois de 1945, como consequência da segunda guerra, robusteceu-se a proteção aos direitos humanos. Há, entretanto, reação manifesta do liberalismo, após o desmoronamento dos regimes socialistas. Ainda bem que revivem idéias progressistas ou igualitárias, notadamente em países europeus, como a França.

Prova dessa reação liberal, no plano econômico, é o recente relatório do Banco Mundial. Dos primeiros dados que os jornais começam a salientar, vê-se que a desigualdade continua a imperar. Tais dados mostram que “nos últimos 15 anos o número de pobres aumentou na América Latina”: “a pobreza absoluta ainda está em torno de 15% da população”. Segundo ressalta, desse relatório, a *Folha de S. Paulo*, “cerca de 2,8 bilhões de pessoas — quase metade da população mundial — vivem com renda menor que US\$ 2 diários; a renda de 1,2 bilhão de pessoas é menor que US\$ 1 por dia”. E avulta a disparidade quando se informa: “A renda média nos 30 países mais ricos é 37 vezes maior que a dos países mais pobres, uma diferença que duplicou nos últimos 40 anos”.

Com justa visão do futuro, o relatório ainda esclarece, de acordo com a *Folha*, que “a redução da pobreza mundial é possível, desde que os mais pobres tenham acesso a três bases importantes para o seu desenvolvimento: oportunidade, poder de decisão e controle seguro sobre suas ações”. Claramente não dispõem eles dessas faculdades ou regalias. Os Estados poderosos traçam os rumos da política econômica e social e assim mantêm os interesses capitalistas e o quadro de injustiça na sociedade.

O ministro do Exterior do Brasil acaba de reclamar na ONU, precisamente, da “retórica protecionista travestida de internacionalismo humanitário”. E acentuou que os países ricos, a seu ver, não querem amparar o trabalhador, porém



POR
JOSAPHAT
MARINHO

“proteger setores de suas respectivas economias”. Tanto não visam à melhoria das condições de vida dos assalariados que sustentam o sistema econômico explorador da força de trabalho, com todas as suas desigualdades.

Sofre o Brasil o efeito dessa política de injustiças, e também a prática no plano interno. O salário mínimo decretado não atende às necessidades do trabalhador e ainda menos às dele e de sua família. Em julho último, o jornal *A*

Tarde, de Salvador, citando pesquisa do IBGE, informava que “a receita média mensal do baiano, computando-se todas as faixas de rendimento, ficou em R\$ 171 em 1999”. Ora, se num estado de agricultura diversificada e com indústrias em funcionamento esse é o médio de rendimento, pior, seguramente, será a situação noutras regiões.

Certo é que não se há de prosseguir na atual política neoliberal, promotora de privatizações sucessivas e protetora dos donos do capital. Em vez de código de conduta para a alta administração, a nação precisa de um código de justiça social. Os servidores públicos, que são os assalariados do Estado, se encontram há quase seis anos sem percepção de melhoria de vantagens, ao passo que se elevam, como agora, os preços de todos os bens. Menos reuniões e normas e mais espírito efetivo de equidade é o anseio dos sem privilégios.

JOSAPHAT MARINHO, EX-SENADOR, É PROFESSOR EMÉRITO DA UNB E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UPIS

